

## **Criação de uma unidade de conservação histórico-ambiental para as marismas do estuário da Lagoa dos Patos (RS).**

Moraes, G.P.<sup>1</sup> & Costa, C.S.B.<sup>2</sup>

1 - Curso de Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande-FURG, CP 474, 96201-900 Rio Grande, RS.

2 - Instituto de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande-FURG, CP 474, 96201-900 Rio Grande, RS.

email: gabriela.moraes@hotmail.com

### **Introdução**

A costa gaúcha possui hoje cerca de 1.100.000 habitantes e vem sofrendo intensa ação antrópica, destacando-se a expansão urbana e da agropecuária, poluição urbana e industrial, destruição da cobertura vegetal, aterros e enrocamentos. Entre os ambientes do ecossistema litorâneo que sobrem maior impacto estão as marismas (banhados alagados por águas salgadas), que ocupam a zona entremarés de rios e lagoas. Entre as várias opções de manejo das marismas, a delimitação de áreas de preservação é uma ferramenta que, se integrada ao interesse e conscientização ecológica da população, pode gerar melhoria na qualidade de vida local e mesmo benefícios fiscais (ex: ICMS Ecológico) aos municípios possuidores destas unidades. O município de São José do Norte (SJN), no extremo sul gaúcho, é um sítio histórico da revolução Farroupilha e insere em sua paisagem 505 hectares de marismas. Neste município, a localidade do Farol da Barra, próxima da foz do estuário da Lagoa dos Patos, concentra um conjunto de prédios históricos, vizinhos de uma área de marisma dominada pela grama *Spartina alterniflora*. Este trabalho caracteriza as condições ambientais, biota e acervo histórico da marisma do Farol da Barra propondo a criação de uma unidade de conservação histórico-ambiental nesta localidade, para a preservação e valorização das marismas de SJN.

### **Metodologia**

O trabalho foi desenvolvido através de uma síntese bibliográfica dos componentes ambientais, sócio-econômicos e históricos. Levantamentos de campo da cobertura vegetal, topografia e a caracterização do sedimento foram realizados entre 2007 e 2008. Adicionalmente, dados da fauna bentônica, avifauna e informações sócio-econômicas foram obtidos de artigos científicos, livros, dissertações e teses, todos desenvolvidos na região do estuário da Lagoa dos Patos. Foi construído um sistema geográfico de informações (SIG) sócio-ambiental da localidade Farol da Barra, utilizando imagens georreferenciadas e o programa SIG SPRING 4.3.3 do INPE. Após a construção do SIG foi feita uma proposta de zoneamento da localidade, com a delimitação da área a ser preservada e dos usos adequados do entorno.

## Resultados e Discussão

A marisma do Farol da Barra possui 29 hectares, sendo 69% da área recoberta pela grama *Spartina alterniflora* (“macega-mole”), indicadora de terrenos abaixo do nível médio das marés e sujeitos a altas salinidades. Planos de lama e canais de maré ocupam 8,8% da superfície das marismas. O sedimento marinho é formado principalmente por areia fina bem selecionada (0,250-0,125 mm). A marisma do Farol da Barra é a maior área contínua dominada por *S. alterniflora* na costa gaúcha. Estas marismas realizam uma grande fixação de carbono atmosférico e oferecem áreas de criação para várias espécies de invertebrados, peixes estuarinos e avifauna. A infauna é dominada por poliquetos, destacando *Laeonereis acuta* e *Nephtys fluviatilis*. A epifauna é dominada por isópodes oniscoídeos e anfípodos Talitridae, sendo encontrada alta densidade de tocas do caranguejo entremarés *Neohelice granulata* em toda a extensão da marisma. As principais espécies de peixes encontradas (estágios juvenis e jovens) são a tainha (*Mugil platanus*), a corvina (*Micropogonias furnieri*) e o peixe-rei (*Odontesthes argentinensis*). Quando as aves costeiras, são citadas as ocorrências de bandos de batuíras, maçaricos e pernalongos (ex: *Himantopus himantopus*). O maior impacto antrópico observado na marisma é a deposição de lixo doméstico e naval, transportado pela maré e/ou depositado pela população. As áreas altas da marisma sofrem impactos periódicos de incêndios e pastagem. Nas últimas décadas, processos erosivos cumulativos das margens do município de SJN têm causado também perdas significativas das marismas. Existem ameaças de degradação ambiental devido projetos em diferentes fases de desenvolvimento de infra-estrutura de estradas, viveiros de cultivo de camarão e de expansão portuária. Os pescadores locais estão associados à colônia de pesca Z-2. Atuando principalmente na pesca artesanal, mas também embarcam em barcos da pesca industrial. Os habitantes locais desenvolvem uma agricultura de subsistência e criação extensiva de gado.

Fundada em 1763, SJN foi refúgio da população da Vila de Rio Grande aos ataques das forças espanholas, durante a Guerra da Restauração. O sítio histórico da Marisma do Farol é composto de vários prédios. A Torre Atalaia foi o primeiro farol náutico do estado, construída aproximadamente em 1730 (anterior a fundação de SJN), com uma liga de conchas e areia. O atual Farol da Barra (de 1820) está ao lado da Torre Atalaia e ainda hoje serve como sinalizador da entrada do canal para as embarcações. A Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem (1848), tem como Padroeiros São José, N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> dos Navegantes e São Pedro, cultuados pela povoação de origem açoriana, trabalhadores da agricultura e pesca. Este sítio histórico também esteve envolvido na Revolução Farroupilha, devido a localização estratégica de SJN.

A marisma do Farol da Barra de SJN apresenta características naturais relevantes, constituindo uma amostra significativa e ecologicamente viável das marismas do sul do Brasil. A proximidade dos prédios históricos e os usos tradicionais dos canais de maré-vegetação pela comunidade local, sugerem que a melhor alternativa para conservação desta marisma seria a criação de uma Unidade de Uso Sustentável. Esta unidade deverá ser regulamentada por meio de legislação municipal (SNUC) e possuir um programa de gestão qualificado. A inserção dentro da unidade de conservação e as formas de uso dos prédios históricos ainda devem ser analisadas frente à legislação do patrimônio histórico.

Projeto financiado pelo CNPq e apoiado pela Bunge Fertilizante S/A.